

# O CONCEITO DE CONECTOR NOS DIVERSOS ESTÁDIOS DO SISTEMA TEÓRICO DE DUCROT E DA SUA EQUIPA

Miguel Gonçalves  
Universidade Católica Portuguesa – Braga

## 1. Génese do conceito de conector

A evolução do campo terminológico no qual se inscreve o conceito de conector organiza-se em torno de alguns eixos que, apesar de importantes para a sua compreensão, talvez por já não constarem das actuais preocupações dos autores devido às constantes “modifications, aménagements, prolongements [et] remises en question mêmê” (Anscombe 1995: 7) que o quadro teórico em que originariamente se inscrevem não tem cessado de sofrer, raramente são convocados, razão pela qual, esta breve incursão se coloca mais nas proximidades da partida de que propriamente no ponto de chegada<sup>1</sup>.

A que eixos ou pilares nos referimos? Desde logo à oposição entre *operador* e *coordenação*, à noção de *encadeamento* e à *teoria da argumentação na língua*<sup>2</sup>. Estes conceitos desempenham sucessivamente um papel central não apenas para relevar a função dos instrumentos discursivos, mas também o funcionamento geral da linguagem. Só que proporcional à sua importância, é a dificuldade que experimentamos em delimitá-los temporalmente, pois correspondem a momentos invariavelmente imbricados, e em que nem sempre as fre-

---

<sup>1</sup> Deixada à margem não só a versão polifónica como os mais recentes trabalhos desenvolvidos sobretudo a partir de Carel (1992), compreender-se-á melhor o que afirmamos.

Para uma perspectiva mais completa não só da problemática em análise, mas também da própria teoria que a suporta, veja-se Gonçalves (2000). Retomamos, aliás, com proximidade variável, uma subsecção do cap. 1, II PARTE.

<sup>2</sup> Por comodidade, doravante, *TAL*, mesmo que o acrónimo não permita enfatizar aquilo que para Ducrot & Anscombe é fundamental e inovador: a argumentação está inscrita *na* língua. Também só por comodidade – alicerçada no facto de, efectiva e objectivamente, serem os criadores da *TAL* – nos referimos, na actualidade, a estes dois autores, já que os contributos entretanto trazidos por, entre outros, A. Kalokerinos, S. Bruxelles, P.-Y. Raccah, M. Marta Garcia Negroni, Silvia Palma e sobretudo Marion Carel, são hoje incontornáveis.

quentes referências a uma nova concepção são acompanhadas pela adequada teorização metalinguística.

Tomando por exemplo o *teste de encadeamento*, este já é utilizado, ainda que ocasionalmente, a partir de 1972, juntamente com as transformações interrogativa e negativa, para determinar o conteúdo proposicional dum enunciado, bem antes de receber formalização e análise em Ducrot & Anscombe (1977) e sobretudo em Ducrot & Anscombe (1978-79, 1981)<sup>3</sup>. Começamos por situar, pois, muito sucintamente, tais momentos fundadores e estruturantes.

### 1.1. Operador vs coordenação

É sobretudo em relação ao estudo de *car, parce que, puisque* publicado na *Revue Romane* (1975)<sup>4</sup>, que a oposição *operador/coordenação* funciona satisfatoriamente. De acordo com as conclusões deste trabalho, tal oposição deverá não só permitir escapar à ilusão logicista denunciada desde 1971, no número de *Langue Française*<sup>5</sup>, intitulado “Langue e pensée formelle”, como ainda ter em conta o valor ilocutório dos enunciados.

Tendo por referência os operadores *ou e et* do cálculo proposicional que, a partir de duas proposições formam uma proposição nova, o *operador* será definido como uma relação intelectual que tem a propriedade de engendrar um novo conteúdo a partir do momento em que é aplicado a conteúdos elementares.

Ao operador opõe-se a *coordenação*, tomada na acepção de Bally (1944)<sup>6</sup>: enquanto o operador liga os dois conteúdos, esta une dois actos em que o segundo toma o primeiro por tema. Em ambos os casos, porém, a ordem de aplicação de tais operações obedece a regras: primeiro são constituídos os conteúdos, aos quais é afectado um valor ilocutório, que lhe permite eventualmente tornar-se objecto duma coordenação, remetendo, em certo sentido, para a distinção mais tarde proposta por Van Dijk (1977) entre conectores semânticos e conectores pragmáticos.

<sup>3</sup> Cf., respectivamente, Ducrot & Anscombe (1977, 1978-79 e 1981). A última remissão é retomada em Anscombe & Ducrot (1983).

<sup>4</sup> Ducrot *et al.* (1975). Trata-se da reedição dum documento “ronéotypé” difundido internamente no INRDP, intitulado: “Car, parce que, puisque. La notion de cause.”

<sup>5</sup> Para sermos mais exactos, trata-se do número 12 (Dezembro) e Ducrot conta com a colaboração de Barbault: “Langue et pensée formelle”, pp. 3-12 e “L’expression en français de la notion de condition suffisante”, pp. 60-67. Sugerimos ainda mais dois textos: Ducrot (1971b) e Ducrot & Barbault (1971). Aliás, o interesse não pelas relações entre a Matemática e a Linguística, mas desta relativamente à Lógica, já remonta a Ducrot *et al.* (1966).

<sup>6</sup> É exactamente esta a definição proposta pelo autor (1944: 56): “Deux phrases sont coordonnées quand la seconde a pour thème la première”.

### 1.2. Lei de encadeamento

Como antes adiantamos, a referência aos fenómenos de encadeamento faz-se a partir de Ducrot (1972), mas o seu papel vai evoluir nas etapas posteriores da teoria até ocupar um lugar central, por exemplo, em Ducrot (1977).

No início, é como teste para determinar o pressuposto dum enunciado que o encadeamento intervém; com efeito, este apenas se pode fazer a partir dos conteúdos postos pois, como indica Flahault,

[...] *la progression d'un discours serait assurée par les différents contenus posés, qui relient diversement à ceux précédemment posés, tandis que la continuité serait garantie par le fait que plusieurs contenus posés puissent se comprendre dans le cadre d'un même présupposé, ou qu'un élément antérieurement posé soit ensuite repris sous une forme de présupposé.* (1978: 227)

Encadeamento e pressuposto desempenham, portanto, um papel complementar na construção do discurso. Sempre que é impossível recorrer aos testes tradicionalmente utilizados para determinar o pressuposto dum enunciado, o teste de encadeamento pode fornecer resultados claros. Assim acontece com a descrição do valor semântico de *à peine* (Ducrot 1972). Para verificar a hipótese segundo a qual no enunciado

1) *Jacques était à peine en retard*<sup>7</sup>

a indicação “*Jacques était en retard*” tem o estatuto de pressuposto (isto é, trata-se dum enunciado que não pode ser negado nem interrogado), Ducrot utiliza o teste de encadeamento:

i') *Jacques était à peine en retard. Pourtant le train était déjà parti*

ii') *Jacques était à peine en retard. Il avait donc quelques chances d'avoir le train*<sup>8</sup>

Impossibilitados de comentar aqui a análise proposta por Ducrot para este morfema (*à peine*), diremos apenas que, dada a inexistência duma *TAL*, a análise, no seu conjunto, manifesta ainda algumas fragilidades. O recurso à noção de encadeamento é pois anterior à *TAL*. Este apenas figura a título de *teste* numa teoria em que a noção de pressuposição continua central como princípio explicativo.

<sup>7</sup> Como tornámos claro desde o início, propomo-nos estudar o conceito de conector na teoria de Ducrot, razão pela qual se compreende que utilizemos exclusivamente o seu próprio exemplário.

<sup>8</sup> Em ambos os casos, a relação de encadeamento, marcada respectivamente por *pourtant* para a oposição e por *donc* para a consequência, não diz respeito ao atraso em si mesmo. Tal constatação leva Ducrot a concluir que este elemento desempenha, no entanto, o estatuto de pressuposto.

Todavia Ducrot (1977: 193-194) utiliza igualmente o encadeamento como teste, que ele qualifica de *pragmático* por oposição aos testes da interrogação e da negação, antes qualificados de *semânticos*. Com efeito, estes últimos aplicam-se necessariamente a *frases* que são objecto de manipulações. Não podem, pois, dizer respeito a realizações individuais de *enunciados*. O teste pragmático, ao contrário, aplica-se ao *enunciado* em si mesmo e à sua utilização em discurso. Isto não significa, portanto, que o teste de encadeamento apresente resultados em todos os pontos de acordo com os encadeamentos efectivos no discurso. O que em nosso entender o autor pretende assinalar é sobretudo uma mudança radical na perspectiva da análise linguística que adopta.

Efectivamente, os testes semânticos actuam ao nível das relações paradigmáticas entre *frases*, relacionando, por exemplo,

*Jean a cessé de fumer*

e

*Jean n'a pas cessé de fumer,*

ao passo que o teste pragmático se apoia nas relações *sintagmáticas* entre *enunciados*. Ora estas propriedades sintagmáticas são apresentadas como o princípio central do funcionamento da linguagem neste mesmo texto:

*Pour moi, il est constitutif de toute énonciation de s'attribuer à elle-même un certain type d'environnement, de ce donner comme continuation ou comme origine d'un certain type de parole.* (Ducrot 1977: 185 e 183)

Vislumbra-se, por conseguinte, um ponto de ruptura entre a teoria da presuposição, que escolhe como método preferencial de trabalho as relações *paradigmáticas*, e a *TAL*, que trabalha sobretudo a partir das conclusões que podemos tirar dum enunciado – o futuro discursivo que ele assegura a si mesmo no plano sintagmático.

A análise semântica centra-se nas articulações entre enunciados co-presentes no discurso, ou virtualmente possíveis, e passa obrigatoriamente pela problemática dos conectores, o que não quer de todo dizer que a noção de encadeamento se refira necessariamente ao emprego dum marcador linguístico<sup>9</sup>.

Conhecido o seu papel auxiliar de teste nestes primeiros estádios da teoria, é sobretudo com o estudo de *mais*, em 1976 (Ducrot *et al.*)<sup>10</sup>, que a natureza

<sup>9</sup> O encadeamento pode dar-se, p. e., através duma ligação lógica implícita, sob a forma de justaposição ou utilização dum signo de pontuação como “ ” (aspas).

<sup>10</sup> Cf. retoma em Ducrot *et al.* (1980).

das relações e dos encadeamentos estabelecidos se torna central na teoria semântico-pragmática a promover.

### 1.3. Consequências da TAL para o estudo dos conectores

É através das *escalas argumentativas* – e daí o relevo que deve merecer *La Preuve et le Dire* (Ducrot 1973) e, em particular, o capítulo XIII – que Ducrot inaugura a análise dos fenómenos ligados à argumentação. Do aparelho conceptual aí apresentado – *classe argumentativa, valor argumentativo, orientação argumentativa* – e não obstante a importância que tais noções assumirão no seio da própria teoria, a que mais sobressai, pelo seu carácter fundador, é, sem dúvida, a de *classe argumentativa*.

Desde logo, porque nos termos em que é definida rompe com as interpretações de tipo binário, apresentadas sob a forma de juízos *verdadeiros* ou *falsos*, tal como as concepções logicistas da linguagem tradicionalmente postulam. Colocar os elementos em termos de escalaridade é garantir uma relatividade em graus diversos. Além disso, o seu estatuto de argumento vai distingui-las (classes argumentativas) das provas lógicas. Estas são elementos explicitamente presentes num sistema formal e subordinadas à conclusão que justificam. Por sua vez, os argumentos assim definidos orientam para uma conclusão que deve ser produzida por um cálculo semântico. Com efeito, a conclusão em favor da qual argumentam os enunciados geralmente não se encontra especificada no texto. Mais: tal conclusão pode variar em função do locutor e da situação do discurso. O que importa é que a sua existência seja assinalada a partir da componente linguística a título de instrução necessária para operar uma interpretação semântica do enunciado considerado. O controlo é possível graças ao cálculo semântico e aumenta a partir do momento em que os dois argumentos são apresentados de forma hierarquizada, como ocorre, por exemplo, no seguinte enunciado:

*Paul et même Pierre sont venus.*

O valor semântico associado a *même*, assinala que, relativamente a uma mesma conclusão<sup>11</sup> a vinda de *Pierre* constitui um argumento mais forte para servir tal conclusão do que a vinda de *Paul*.

Terá sido a partir da constatação da força relativa que os argumentos possuem e da possibilidade de autorizarem uma conclusão sem a imporem, que

<sup>11</sup> Variável de acordo com as situações de discurso e que o interpretante deve reconstruir. Do mesmo modo, será preciso distinguir entre potencialidades argumentativas associadas ao enunciado e usos afectivos que podem decorrer de factos do discurso. A TAL preocupa-se apenas com os problemas do primeiro tipo.

Anscombe & Ducrot (1981) passaram a distinguir entre *valor argumentativo* e *acto de argumentar* a propósito do valor semântico de *mais*:

*Dans un discours du type p mais q, on reconnaît à p une certaine valeur argumentative – p est présenté comme pouvant autoriser telle conclusion r – mais le seul acte d’argumentation auquel donne lieu le discours est accompli à partir de la valeur argumentative de q, et il est dirigé vers  $\sim r$ <sup>12</sup>.*

Assim perspectivada, a TAL acaba por favorecer, e exigir até, a reconsideração da descrição semântica dos conectores. Com efeito, descritos *car*, *parce que*, *puisque* a partir das noções de enunciação e de valor ilocutório, é através da descrição proposta para o conector *mais*, primeiro sob a forma de esboço em 1972, e depois retomada, em termos de função argumentativa assumida, em 1976, que começaremos por ilustrar, através da comparação das duas descrições, a importância que a TAL atribui aos conectores.

Na primeira proposta (1972), é recusada a descrição que evitava atender ao próprio facto da enunciação, e que seria formulada da seguinte maneira:

*La signification de p mais q comporterait les trois éléments:*

- 1) “p”
- 2) “q”
- 3) “p et q sont difficiles à concilier” (ou encore “certains croient p et q incompatibles”). (Ducrot 1972: 128)

A noção de incompatibilidade, tomada de empréstimo da lógica, é aqui considerada insuficiente para explicar um certo número de factos, como sucede no seguinte enunciado: “Il faisait beau, mais j’étais fatigué”. Ducrot (1972: 129) irá, por conseguinte, substituí-la pela seguinte descrição:

*Le locuteur, après avoir prononcé la première proposition p, prévoit que le destinataire peut en tirer une conclusion r. La deuxième proposition, q, précédé d’un mais, tend alors à empêcher cette éventuelle conclusion, en signalant un nouveau fait qui le contredit. Le mouvement total serait p; ‘tu songes à en conclure r; il ne faut pas le faire, car q’ (ce mouvement est presque explicite dans dans le ἔλλα yap “mais en effet, du grec ancien”). (Ducrot 1972: 129)*

Comparemos, entretanto, esta formulação com a apresentada em Ducrot *et al.* (1976: 49):

*L’expression P mais Q présuppose que le proposition P peut servir d’argument pour une certaine conclusion r, et que la proposition Q est un argument qui annule cette conclusion.*

<sup>12</sup> Anscombe & Ducrot (1981: 5). Retomado também em (1983: 116).

*Le mouvement de la pensée impliqué par une phrase affirmative du type P mais Q pourrait être paraphrasé ainsi: 'Oui P est vrai; tu aurais tendance à en conclure r; il ne le faut pas car Q' (Q étant présenté comme un argument plus fort que non -r que n'est P pour r)'. (Ducrot et al. 1976: 49)*

Se a intuição do valor semântico de *mais* em termos de argumentação já antes estava presente (desde 1972), no entanto, só agora lhe será acrescentada toda a coerência de um alicerce conceptual *mais* global. Em particular, aparecem *mais* nítidas a oposição de orientação argumentativa entre duas proposições, e a avaliação relativa que lhes é dada, sendo cada uma situada na sua *classe argumentativa* correspondente.

Por outro lado, a nova descrição manifesta-se ainda atenta aos fenómenos ligados à enunciação, visível, por exemplo, na escolha do objecto sobre o qual se debruça a análise, ou seja, as ocorrências de *mais* num diálogo teatral, *mais* exactamente em início de réplica<sup>13</sup>. É o valor semântico unitário de *mais*, definido como marcador argumentativo de oposição, que permite um tratamento destes factos e que será fulcral na própria *TAL*.

## 2. O conceito de conector na versão standard da *TAL*

Todavia, se, como acabamos de dizer, alguns dos princípios atinentes à descrição dos conectores já estão presentes em 1976<sup>14</sup>, só chegados a 1980, através de “les mots du discours” que são objecto das análises de Ducrot *et al.* (1980: 15), encontraremos uma definição explícita, ou se preferirmos técnica, de conector, assim como a indicação das precauções metodológicas a observar para a sua correcta descrição semântica.

Efectivamente, *mais*, *décidément*, *eh bien!*, *d'ailleurs* não são simples articuladores que conectam um conjunto de frases com outro conjunto de frases; têm, ao invés, valores complexos, razão pela qual devem ser estudados enquanto

<sup>13</sup> Os problemas atinentes à enunciação já tinham sido abordados no âmbito da descrição de *car*, *parce que*, *puisque*, mas aqui é-lhes destinado um espaço *mais* central. Para os evidenciar, a classificação é utilizada com fins heurísticos.

Ora a classificação utiliza dois tipos de critérios: uns, geográficos, permitem distinguir as três categorias, I – “*Mais*” interno a uma réplica; II – “*Mais*” em início de réplica, III – “*Mais*” isolado. Todavia, o essencial da análise semântica reside na classificação interior à categoria II, que permite distinguir o encadeamento sobre o conteúdo proposicional II – A e o encadeamento sobre um elemento extra-linguístico II – B, categorias elas mesmas subdivididas em sub-rubricas de acordo com a natureza dos elementos articulados, entre os quais a enunciação tem um lugar de destaque.

<sup>14</sup> Cf. Ducrot *et al.* (1976), retomado em Ducrot *et al.* (1980: cap. 3). Ver igualmente, Ducrot & Anscombe (1977) e Plantin (1978).

marcadores inscritos num processo enunciativo e que relacionam, de forma explícita ou implícita, o *dizer e o dito*. Esta concepção repousa sobre o princípio segundo o qual os conectores pragmáticos não relacionam os segmentos materiais tal como estes aparecem num discurso, mas entidades semânticas reconstruídas a partir da situação de discurso e que por vezes estão bastante afastadas dos segmentos textuais que lhe correspondem. Ducrot *et al.* dão o seguinte exemplo:

*x: Madame est sortie*

*y: Mais qu'est-ce que tu veux que cela me fasse!*

em que *mais* não opõe os dois segmentos: ele permite que *y* se oponha não ao que *x* disse, mas o próprio facto de *x* ter dito o que disse.

Por tal razão Ducrot irá propor uma dupla notação, passando a distinguir entre os segmentos que precedem e que seguem imediatamente o conector (neste caso *X* e *Y*) e as entidades semânticas articuladas por este mesmo conector (*P* e *Q*). A estrutura da frase apenas pode ter a estrutura *X+conector+Y* pois ela apenas pode conter *P* e *Q*. E tais conectores, enquanto marcas argumentativas possuem um dupla função: articular duas entidades semânticas e atribuir um papel argumentativo a cada entidade semântica.

### 2.1. Da distinção genérica entre conectores lógicos e conectores pragmáticos à sua sua explicitação.

Não obstante a correspondência que, como é evidente, por vezes pode haver entre conectores argumentativos (ou pragmáticos) e operadores lógicos, isto não significa que, em numerosos casos, eles não possuam outros valores. Basta atentarmos, por exemplo, nos empregos de *e* (e o mesmo se pode dizer relativamente a *ou*) e sem dificuldade concluiremos que, quer digamos *p e q* quer *q e p*, isto apenas corresponde, nas línguas naturais, a um único uso de *e* (*e* entre dois nomes, ou mais rigorosamente entre dois adjetivos), mesmo que “chove *e* apanho o autocarro” não seja de todo equivalente a “apanho o autocarro *e* chove”.

Parece-nos, por outro lado, que a distinção genérica entre conectores pragmáticos e conectores lógicos, apesar de comum, ou talvez por isso mesmo, nem sempre é acompanhada da explicitação das principais diferenças entre eles. Debrucemo-nos, por conseguinte, sobre algumas:

- i) Se houvésemos de indicar a propriedade essencial dos conectores pragmáticos, diríamos que estes, ao contrário dos conectores lógicos, podem ligar elementos heterogéneos. Os últimos, lógicos, apenas podem operar sobre elementos idênticos de natureza homogénea: as proposições. A partir de dois enunciados, simples ou compostos, os conectores lógicos



formam um enunciado composto. Se *A* for um enunciado e se *B* constituir outro, através de *ou* podemos obter o enunciado composto *A* ou *B*. Diversamente, os conectores argumentativos podem ligar um enunciado a uma enunciação, ou até um enunciado a um comportamento:

i) *Didier vient d'arriver, puisque tu veux tout savoir.*

ii) *Deux personnes se battent:*

*X:– Mais arrêtez de gigoter!*

Estaremos de acordo que em i) não há qualquer relação causal ou relação de conteúdo entre as proposições ligadas por *puisque*. O conector liga, isso sim, um enunciado e um acto de enunciação. Também em ii) o primeiro elemento que *mais* liga é um enunciado, só que agora o segundo elemento é antes um facto extralinguístico. Aqui o conector une o enunciado e o comportamento da pessoa a quem *mais* é dirigido. Finalmente, a ligação pode ainda efectuar-se entre um elemento explícito e um elemento implícito, ou seja, os conectores podem encadear-se a partir de reacções não verbalizadas que o locutor empresta a si mesmo ou ao destinatário, o que atesta bem a diversidade de elementos que podem ser ligados através dos conectores<sup>15</sup>.

ii) Os conectores lógicos, conforme já dissemos anteriormente, operam sobre proposições explícitas e geograficamente delimitadas. Quer à direita quer à esquerda dum conector como *e*, apenas é possível uma e uma só continuação de símbolos que constitui uma proposição: “ce sont ces deux suites, mécaniquement repérables, qui sont conjointes par le *et*”.

Vendo agora o que se passa com os conectores pragmáticos, nenhuma destas exigências se verifica

[...] *parce que les connecteurs de la langue concernent non point des segments matériels du texte, mais des entités sémantiques qui peuvent n'avoir qu'un rapport très indirect avec de tels segments [...]* (Ducrot 1980: 15).

Com efeito, mesmo sem afectar o seu valor (que, por exemplo, no caso do conector *mais* será de oposição) um conector pode ligar entidades de natureza bem diferente.

Mas as diferenças entre os dois tipos de conectores e as dificuldades que, em concreto, a análise dos argumentativos coloca, não ficam por aqui. Isto porque

<sup>15</sup> Cf. a classificação proposta por Ducrot *et al.* (1980: 99) para o conector *mais*, assim como o que dissemos na nota anterior.

[...] *on doit noter une deuxième différence entre les connecteurs des langues naturelles et artificielles. Car la phrase ne dit même pas d'une façon précise quels sont les segments qui fournissent les entités opposées par le connecteur mais* (id. 1980: 16).

As condições de emprego dos conectores pragmáticos não obedecem, pois, a regras necessária e rigidamente definidas. E o exemplo de *mais* é de novo elucidativo: este conector não explicita, geralmente, a conclusão que pretende ver admitida, a conclusão que visa. A estrutura *P mais Q*, ou seja, o facto de *mais* ser precedido e seguido por elementos articulados, apenas constitui um caso particular de encadeamento que o conector favorece. Podemos tê-lo a encabeçar uma réplica e a introduzir um *Q* explícito (*X: Mais Q*) mas igualmente cabeça duma réplica a introduzir um *Q* não explícito (*X: Mais...*). Também no tocante à delimitação dos enunciados articulados, estes não se distribuem, obrigatória e imediatamente, à direita e à esquerda do conector.

- iii) Os elementos que os conectores pragmáticos articulam não são necessariamente precisos, mas movimentos discursivos cujas fronteiras podem ser fluidas. No limite, podemos até estabelecer uma conexão sem intervenção dum conector explícito, possibilidade que os conectores lógicos não admitem.
- iv) Em rigor, as partículas lógicas não estabelecem verdadeiras conexões; será mais exacto, relativamente a elas, falarmos apenas de *adjunção* ou de *justaposição* (Blanché 1967)<sup>16</sup>, dado que não levam em consideração o sentido das proposições que articulam, mas *fabriçam* novas proposições.
- v) Finalmente, os conectores lógicos são descritos em termos de valores de verdade, enquanto os pragmáticos devem ser descritos em função das orientações argumentativas que articulam e da conclusão que visam. *Mais*: os conectores lógicos são verifuncionais, isto é, o valor de verdade do composto depende unicamente dos valores de verdade dos componentes e do conector utilizado.

### 3. Conector argumentativo e operador argumentativo na versão tópica da *TAL*

Na primeira formulação da *TAL*, Ducrot refere-se apenas aos *conectores argumentativos*, mas a necessidade de relevar este conceito (de conector argumentativo) vai levar o autor, primeiro em “Note sur l’argumentation et l’acte

<sup>16</sup> *Dans le calcul des propositions, on sait que les connecteurs – encore une dénomination bien impropre – ne marquent pas une connexion véritable, un lien interne entre les propositions [...], ils n’ont qu’un sens adjonctif et non pas vraiment connectif [...] si le mot n’était pas trop barbare, il faudrait parler d’un sens simplement juxtapositif, comme dans les descriptions par énumération: dans ce tiroir, il y a ceci, et puis ceci, et puis cela [...]. La conjonction logistique juxtapose ainsi, en vraie, les propositions vrac, elle les met bien ensemble (cum), mais sans établir entre elles de lien véritable (junctio) (p. 189-190).*

d'argumenter" (1982) e de forma mais explícita e desenvolvida em "Opérateurs argumentatifs et visée argumentative" (1983a), ou seja, em versões mais recentes da formulação da teoria, a propor uma divisão dos *marcadores argumentativos* em *conectores argumentativos* e *operadores argumentativos*.

Os primeiros, nos quais se incluem marcadores como *mais*, *donc*, *même*, *parce que*, são

*Des signes qui peuvent servir à relier deux ou plusieurs énoncés, en assignant à chacun un rôle particulier dans une stratégie argumentative unique [...],*

enquanto os operadores argumentativos têm antes

*pour champ d'application, un énoncé unique, ou plus exactement, la phrase (entité de langue) réalisée par cette énoncé* (Ducrot 1983: 9)

e integram morfemas como *presque*, *ne...que*, *bien*, *à peine* e *peu*.

Estabelecida a distinção, é esta a definição proposta para os *operadores*, em consonância com a nova formulação da TAL:

*Un morphème X est un opérateur argumentatif s'il y a au moins une phrase P telle que l'introduction de X dans P produit une phrase P', dont le potentiel d'utilisation argumentative est différent de celui de P, cette différence ne pouvant pas se déduire de la différence entre la valeur informative des énoncés de P et de P' (id. 1983: 10).*

Retomemos os exemplos, aliás já clássicos:

- (i) *Il est 8h*
- (ii) *Il n'est que 8h.*

- i') *Il est 8 h. Presse-toi*
- (ii') *\*Il n'est que 8 h. Presse-toi*

Ao dizermos (ii) por oposição à enunciação de (i) não modificamos o valor informativo do enunciado, mas tão-só o seu valor argumentativo. A aceitabilidade patente em (i') – "Il est 8 h. Presse-toi", contrasta, nitidamente, com (ii') – \*"Il n'est que 8 h. Presse-toi", exemplo que só através dum trajecto interpretativo diferente poderíamos aceitar.

Quer isto dizer que o operador argumentativo condiciona as possibilidades de encadeamento, com fins argumentativos, dos enunciados que modifica. Em definitivo, a função destes marcadores (*ne... que*, *presque*) é restringir a escolha do *topos*. Na verdade, o encadeamento (i'), porque não comporta nenhum operador argumentativo, é compatível com os dois *topoi* seguintes:

- (T<sub>1</sub>) – Moins on a de temps pour faire quelque chose, plus on doit se presser pour le faire”;
- (T<sub>2</sub>) – “Plus on a de temps pour faire quelque chose, plus on essaye de le faire”;

mas se introduzirmos o operador *ne... que* no enunciado (ii’), apenas o *topos* T<sub>2</sub> pode ser aplicado.

Definido, anteriormente, o *operador argumentativo* de acordo com a nova formulação da *TAL*, importa, de igual modo, definir, para finalizar, também o outro conceito em análise. Diremos que o *conector argumentativo* é um morfema (do tipo conjunção, advérbio...) que articula duas (ou mais) entidades semânticas que intervêm num movimento argumentativo único. À primeira vista, esta definição, quando confrontada com a apresentada na primeira forma da teoria, pouca novidade traz, pois parece limitar-se a substituir *enunciado* por *entidade semântica*. Porém, dadas as complicações que o fenómeno da conexão manifesta, depressa se conclui que a articulação de dois ou mais enunciados apenas constitui um caso particular do fenómeno conectivo (ver o que dissemos antes sobre *mais*), pelo que acaba por não ser arbitrária a substituição proposta.

#### 4. Conclusões

Que os conectores discursivos tiveram um papel fundamental na origem e formação da *TAL*, decorre não só do investimento que Ducrot *et al.* fizeram para dilucidar a sua significação, mas sobretudo porque é com base em tais estudos que constrói uma parte significativa do seu quadro teórico.

A partir da indicação das principais etapas da génese deste conceito nas publicações deste autor (*et al.*), mostrámos como a cada mudança introduzida no sistema explicativo apresentado pelo autor corresponde, invariavelmente, idêntica alteração não só ao nível da metalinguagem, mas também da diferente estruturação dos conceitos no terreno. Com efeito, se, como é sabido, os anos de 1975 e 1976 assinalam uma significativa alteração nas preocupações teóricas do autor enquanto correspondem à passagem do destaque concedido à pressuposição (1972-1975) em benefício do lançamento das bases da *TAL* (1976), manifestam, de igual modo, redobrada atenção relativamente aos conectores, bem patente no aparelho teórico que convocam para esclarecer o valor semântico destes significantes. A diversas descrições semânticas propostas, por exemplo, para *mais*, são disso exemplo elucidativo e não deixa de ser sintomático que seja exactamente a propósito deste morfema que Ducrot utilize, pela primeira vez, o termo conector.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSCOMBRE, J.-C., 1995 – “Introduction”, in J.-C. Anscombe (dir.), *Théorie des Topoi*, Paris, Kimé.
- ANSCOMBRE, J.-C. & Ducrot, O., 1977 – “Deux mais en français?”, *Lingua* 43, Amsterdam, North-Holland, Publishing Company, pp. 23-40.
- 1981 – “Interrogation et argumentation”, *Langue Française* 52, pp. 5-21.
- 1983 – *L'Argumentation dans la Langue*, Bruxelles, Pierre Mardaga.
- BALLY, Charles, 1944 – *Linguistique Générale et Linguistique Française*, seconde édition entièrement refondue, Berne, A. Francke S. A. (1<sup>a</sup> ed. 1932).
- BLANCHE, R., 1967 – *Raison et Discours*, Paris, Vrin.
- CAREL, Marion, 1992 – *Vers une formalisation de la Théorie de l'Argumentation dans la Langue*, Thèse de Doctorat [...] Paris, EHESS.
- DUCROT, O., 1968 – “La notion de présupposition et la description sémantique des énoncés français”, *L'Homme*, pp. 37-53.
- 1969 – “Présumposés et sous-entendus”, *Langue Française* 4, pp. 30-44.
- 1971 – “Logique et langage”, *L'Education* 105, pp. 16-18.
- 1972 – *Dire et ne pas Dire. Principes de Sémantique Linguistique*, Paris, Herman, Savoir.
- 1973 – *La Preuve et le Dire*, Mame, Paris.
- 1977 – “Note sur la présupposition et le sens littéral”, in P. Henry, *Le Mauvais Outil*, Paris, Klincksieck, pp. 171-203.
- 1978 – “Deux Mais?”, *Syntaxe et Sens*. Journée d'Etudes, Paris, Université René Descartes, UER de Linguistique Générale et Appliquée, Sorbonne, 18 mars 1978, Document ronéotypé, pp. 37-40.
- 1978a – “Présumposés et sous-entendus: réexamen”, *Stratégies Discursives. Actes du Colloque du Centre de Recherches Linguistiques de Lyon*, Lyon, PUL, pp. 33-48.
- 1978b – “Echelles argumentatives, échelles implicatives, et lois de discours” *Sémantikos* 2/2-3, pp. 43-66.
- 1979 – “Les lois de discours”, *Langue Française* 42, Paris, pp. 21-33.
- 1980 – *Les Echelles Argumentatives*, Paris, Editions de Minuit.
- 1982 – “Note sur l'argumentation et l'acte d'argumenter”, *Cahiers de Linguistique Française* 4, Genève, Université de Genève, pp. 143-163.
- 1983 – “Puisque, essai de description polyphonique”, *Revue Romane* 24 (n<sup>a</sup> spécial), pp. 166-185.
- 1983a – “Opérateurs argumentatives et visée argumentative”, *Cahiers de Linguistique Française* 5, Genève, Université de Genève, pp. 7-36.
- 1984 – *Le Dire et le Dit*, Paris, Minuit.
- DUCROT, O. *et. al.*, 1975 – “Car, parce que, puisque. La notion de cause”, document ronéotypé, INRDP.
- 1966 – “Logique et linguistique”, *Langages* 2, Paris.
- 1976 – “Mais occupe-toi d'Amélie” *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 6, pp. 47-62.
- 1980 – *Les Mots du Discours*, Paris, Minuit.
- DUCROT, O. & Anscombe, J.-C., 1976 – “L'argumentation dans la langue”, *Langages* 42, pp. 5-27.
- 1977 – “Note sur la présupposition et le sens littéral”, in P. Henry, *Le Mauvais Outil*, Paris, Klincksieck, pp. 171-203.

- 1978 – “Echelles implicatives, échelles argumentatives et lois de discours”, *Semantikos* 2/2-3, pp. 43-65.
- 1978-79 – “Lois logiques et lois argumentatives” (I-II), *Le Français Moderne* 46/4, pp. 347-357 e [1979] 47/1, pp. 35-51.
- 1981 – “Interrogation et argumentation”, *Langue Française* 52, pp. 5-21.
- 1986 – “Informativité et argumentativité” [dans le recueil d’hommage à Ch. Perelman], in M. Mayer (ed.), *De la Métaphysique à la Rhétorique*, Bruxelles, pp. 79-93.
- DUCROT, O. & Barbault, M. C., 1971 – “Linguistique et mathématiques”, *Langue Française* 12, Paris.
- FLAHAULT, F., 1978 – *La Parole Intermédiaire*, Paris, Seuil.
- GONÇALVES, Miguel, 2000 – *A Interjeição em Português. Contributo para uma abordagem em semântica discursiva*. Tese de Doutoramento, Braga, Faculdade de Filosofia da UCP.
- PLANTIN, Christian, 1978 – “Deux mais”, *Semantikos* 2/2-3, pp. 89-93.
- VAN DIJK, T., 1977 – *Text and Context. Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*, London, Longman.